



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.658, DE 2025

Dispõe sobre o uso e leitura da Bíblia Sagrada, seja evangélica ou católica, como recurso paradidático nas instituições de ensino públicas e privadas de todo o território nacional.

Autor: Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO

Relator: Deputado CAPITÃO ALDEN

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.658, de 2025, de autoria do Deputado Pastor Sargento Isidório, dispõe sobre o uso e a leitura da Bíblia Sagrada, seja evangélica ou católica, nas instituições de ensino públicas e privadas de todo o território nacional.

Em seu art. 1º, a proposição estabelece que a leitura da Bíblia Sagrada poderá ser realizada nas instituições de ensino públicas e privadas do Brasil como recurso paradidático, com fins educativos, culturais, históricos, geográficos, filosóficos e arqueológicos. Determina, ainda, que as passagens e narrativas bíblicas poderão ser utilizadas para complementar conteúdos das áreas de história, literatura, ensino religioso, artes e filosofia, bem como outras atividades pedagógicas pertinentes aos projetos escolares interdisciplinares.

O art. 2º da proposição prevê a facultatividade da participação nas referidas atividades, em respeito ao direito à liberdade de crença, consciência e religião, conforme previsto no art. 5º, VI e VIII, da Constituição Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Segundo o disposto no art. 3º, o Poder Executivo será responsável por regulamentar as medidas apresentadas, estabelecendo critérios, diretrizes e estratégias para sua aplicação no âmbito das instituições de ensino.

O art. 4º determina que as despesas decorrentes da execução das medidas propostas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Por fim, o art. 5º prevê a vigência imediata dos dispositivos apresentados, uma vez transformados em Lei.

Conforme Despacho do dia 27/05/2025, a matéria foi distribuída à Comissão de Educação, para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e de Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Findo o prazo regimental, em 02/10/2025, não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões, e seu regime de tramitação é o ordinário, nos termos do art. 24, II e art. 151, III, ambos do RICD.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De autoria do ilustre Deputado Pastor Sargento Isidório, a proposição em exame dispõe sobre o uso e a leitura da Bíblia Sagrada nas instituições de ensino públicas e privadas do País, a fim de permitir expressamente que o livro seja utilizado como recurso paradidático no âmbito desses estabelecimentos, em diferentes áreas do conhecimento.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer o mérito da iniciativa. Como bem explicou o Autor em sua Justificação, a relevância da Bíblia Cristã – livro mais vendido de todos os tempos – transcende o domínio da fé, uma vez que o acesso a seu conteúdo auxilia a compreensão de diversos fenômenos históricos, muitos dos quais foram decisivos para a formação de nossa civilização.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Além disso, diversas são as passagens bíblicas que tratam de princípios éticos universais, como a justiça, a solidariedade, e o respeito à dignidade humana, que servem como guia moral para uma convivência sã e pacífica em sociedade. Trata-se, portanto, de um verdadeiro patrimônio cultural da humanidade, que pode e deve ser tornado acessível nos espaços voltados à escolarização formal, tendo em vista seu elevado potencial de contribuição à formação cidadã – um dos principais objetivos a serem alcançados por meio do direito à educação, conforme preceitua nossa Lei Maior.

Acreditamos, contudo, que cabem alguns aprimoramentos à proposta. Ao estabelecer, em seu art. 2º, a facultatividade da participação nas atividades relacionadas à leitura bíblica, o projeto em tela reconhece que o conteúdo sobre o qual dispõe está circunscrito ao ensino religioso, cuja matrícula é facultativa, conforme determinam o art. 210, § 1º, da Constituição Federal, e o art. 33, *caput*, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Dessa forma, por coerência temática, e com o intuito de evitar uma inflação legislativa, que se caracteriza quando um mesmo tema é disposto em diplomas distintos, propomos que o teor principal do projeto seja incorporado diretamente à LDB, no âmbito do art. 33, que trata justamente do ensino religioso.

De forma a harmonizar o objeto ora analisado com a legislação vigente, que atribui aos sistemas de ensino subnacionais a competência para regulamentar os conteúdos do ensino religioso, bem como as normas para a habilitação e admissão dos professores, sugerimos acrescentar expressamente a menção aos recursos didáticos a serem utilizados na disciplina entre as atribuições dos entes, no âmbito de sua regulamentação. Propomos, ainda, a inserção de novo parágrafo ao art. 33, a fim de explicitar que textos considerados canônicos ou sagrados por diferentes denominações religiosas, como é o caso da Bíblia Cristã, podem figurar entre os referidos recursos didáticos.

Acreditamos que, dessa forma, contribuimos para o avanço da legislação educacional em matéria de ensino religioso, fazendo jus à contribuição que os livros sagrados podem oferecer à sua missão de formação cidadã, ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

mesmo tempo em que respeitamos os mandamentos constitucionais relacionados à liberdade de crença, consciência e livre exercício religioso.

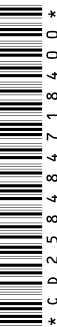
Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.658, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN
Relator

Apresentação: 22/10/2025 09:50:03.590 - CE
PRL 1 CE => PL 1658/2025

PRL n.1





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO A PROJETO DE LEI Nº 1.658, DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre o uso de textos considerados canônicos ou sagrados como recurso didático no âmbito do ensino religioso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso, **bem como dos recursos didáticos a serem utilizados na disciplina**, e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos **e recursos didáticos** do ensino religioso.

§ 3º Os sistemas de ensino poderão utilizar textos considerados canônicos ou sagrados por diferentes denominações religiosas como recurso didático no ensino religioso, desde que assegurado o respeito à diversidade de que trata o *caput*. ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN
Relator

